

Periodos  
Formulários

Edição de formulário

## REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS ATRIBUIÇÕES NOTARIAIS (Distritos/Municípios não sede de Comarca)

Data da correição:

Horário da correição:

Auxiliar(es) da fiscalização (informar nome e matrícula):

O Titular/Responsável visualizado no cabeçalho está correto?

 A) Sim B) Não

Caso negativo, informe o nome e CPF do atual Titular/Responsável:

O Substituto visualizado no cabeçalho está correto?

 A) Sim B) Não

Caso negativo, informe o nome e CPF do atual Substituto:

**Situação da Serventia)** Esta serventia encontra-se regularmente provida por Titular? A) Sim. A serventia está provida. B) Não. A serventia está vaga.

ATENÇÃO: No caso de serventia vaga, conferir se consta da Lista Geral de Vacância publicada por meio do Aviso nº 47/CGJ/2018 e do Aviso a ser publicado em janeiro/fevereiro de 2019.

Caso a vacância não conste da Lista Geral, deve ser comunicada imediatamente à Corregedoria-Geral de Justiça através do SEI, nos termos do artigo 27, § 3º, do Provimento nº 260/CGJ/2013 e Portaria Conjunta nº 696/PR/2017 (SEI).

### RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

1) A serventia possui o Livro "Visitas e Correições", consoante determinação contida no Provimento nº 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça c/c art. 67, I e 69, do Provimento nº 260/CGJ/2013.

 A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações" B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

2) O Oficial acessa diariamente o Sistema Hermes - Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que é o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, consoante o disposto nos artigos 121 a 123 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

 A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações" B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

3) A serventia está localizada em local de fácil acesso ao público, que ofereça segurança para o arquivamento dos livros e documentos? E eventual mudança de endereço, número de telefone, endereço de correspondência eletrônica (

e-mail), sítio eletrônico ou outro meio de comunicação utilizado pela serventia, foi imediatamente comunicada ao diretor do foro e à Corregedoria-Geral de Justiça, consoante o disposto nos artigos 4º e 56 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**4)** O Oficial procede à nomeação ou destituição de substitutos e escreventes por meio de Portaria Interna que discrimine as atribuições de cada um dos escreventes designados e que contenha todos os demais requisitos contidos no art. 21, § 2º, do Provimento nº 260/CGJ/2013, encaminhando cópia da respectiva Portaria e das informações sobre a contratação e dispensa de auxiliares ao diretor do foro e à Corregedoria Geral de Justiça até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, conforme disposto nos §§ 3º e 4º do artigo 21 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**5)** São observados fielmente os dias e horários de funcionamento, e são fixados, em local bem visível, na parte externa da Serventia, placa, cartaz ou aviso indicando o horário de atendimento ao público, consoante o disposto no artigo 46 do Provimento nº 260/CGJ/2013? Em caso de funcionamento em horário diverso do Provimento nº 260/CGJ/2013, há autorização do(a) Juiz(a) de Direito Diretor(a) do Foro através de Portaria, para o funcionamento de, no mínimo, 7 horas diárias?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**6)** As Tabelas de emolumentos com os valores vigentes são afixadas em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (artigo 6º, § 3º, Lei nº 15.424/2004)?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**7)** A Taxa de Fiscalização Judiciária é recolhida no prazo estabelecido no artigo 2º da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ-SEF/MG nº 03/2005? (para auxiliar a resposta a este quesito, acesse o relatório 'Extrato de GRCTJ Recolhidas por Período de Apuração - Somente TFJ', disponível no SISNOR)

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**8)** Foi constatada a ausência de recolhimento ou o recolhimento a menor da Taxa de Fiscalização Judiciária? (para auxiliar a resposta a este quesito, acesse o relatório 'TFJ Calculada, Declarada e Recolhida', disponível no SISNOR)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**9)** É fornecido recibo circunstanciado constando o valor dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária, do RECOMPE, de eventual ISSQN e o valor final ao usuário, arquivando-se a respectiva segunda via na Serventia, bem como é feita a cotação desses valores à margem do ato praticado e/ou do documento a ser entregue ao interessado, consoante o disposto no artigo 8º da Lei nº 15.424/2004 c/c artigos 12 e 13 da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 03/2005 c/c artigo 105 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**10)** São recolhidos os valores relativos à compensação destinada aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais - RECOMPE pela prática dos atos sujeitos à gratuidade estipulada em lei, conforme artigo 31 e seguintes da Lei nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**11)** Os livros, fichas, papéis e documentos são mantidos em ordem e em bom estado de conservação, em local adequado e seguro?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**12)** A escrituração dos livros satisfaz às exigências legais (termos de abertura e de encerramento, numeração e autenticação de folhas, inutilização de espaços em branco, ausência de rasuras, emendas, ressalvas, etc.) e os livros de folhas soltas são encadernados logo após a conclusão de seu uso, conforme o disposto no artigo 62, § 2º do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**13)** São mantidas cópias de segurança em microfilme, ou arquivo em mídia digital formado por imagens extraídas por meio de "scanner", ou fotografia, ou arquivo de dados assinado eletronicamente com certificado digital emitido em consonância com as normas do ICP-Brasil, ou qualquer outro método hábil, que deverá abranger os livros obrigatórios previstos em lei, de acordo com a Recomendação nº 09/2013, com as alterações introduzidas pela Recomendação nº 11/2013, ambas do Conselho Nacional de Justiça, bem como é mantida a ordem, segurança e cópias dos documentos formalizados com a utilização de sistema de computação, microfilmagem, disco ótico ou outro meio de reprodução magnética?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**14)** É encaminhada, por meio eletrônico, a Declaração de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária - DAP/TFJ, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao da prática do ato, ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, consoante o disposto no artigo 9º, caput, da Portaria Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 03/2005? (para auxiliar a resposta a este quesito, acesse os relatórios 'Serventias sem DAP / relatório isolado' e 'Serventias com DAP atrasada', disponíveis no SISNOR)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**15)** É fiscalizado no âmbito interno da serventia o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que deve praticar?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**16)** A Serventia possui o Livro Registro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa, instituído pelo Provimento nº 34/CNJ/2013 c/c art. 67, II, do Provimento nº 260/CGJ/2013, e sua escrituração obedece às normas prescritas no citado Provimento do CNJ e nos arts. 67 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**17)** Em se tratando de serventia vaga, são enviadas à Corregedoria-Geral de Justiça, por meio eletrônico, as informações relativas ao módulo "Receitas-Despesas", nos termos dos arts. 34 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013, bem como são arquivados os respectivos recibos? (Caso a serventia esteja regularmente provida, marcar opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

**18)** Em se tratando de serventia vaga, seu responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, mediante GRCTJ - Guia Excedente ao Teto Remuneratório dos Interinos conforme arts. 32 e 33 do Provimento nº 260/CGJ/2013? (Caso a serventia esteja regularmente provida ou, mesmo estando vaga, a renda líquida não exceder ao teto remuneratório, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

**19)** O Oficial atualiza semestralmente, diretamente via internet, todos os dados no sistema " Justiça Aberta", até o dia 15 (quinze) dos meses de janeiro e julho (ou até o dia útil subsequente), mantendo atualizadas quaisquer alterações cadastrais, em até 10 (dez) dias após suas ocorrências, conforme disposto no artigo 2º do Provimento nº 24, de 23 de outubro de 2012, da Corregedoria Nacional de Justiça e artigos 120 e 437, inciso XI, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**20)** O Oficial possui Livro de Controle de Depósito Prévio, em meio físico ou eletrônico, consoante o disposto no art. 67, inciso III, e art. 70, ambos do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**21)** É observado o disposto no artigo 106 do Provimento nº 260/CGJ/2013, a fim de que a cobrança pelos atos de arquivamento seja feita apenas em relação aos documentos estritamente necessários à prática dos atos notariais e de registro e cujo arquivamento é expressamente exigido em lei?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**22)** Em caso de responsável interino, é observado o disposto no art. 2º §2º e art.3º do Provimento CNJ nº 77/2018, que dispõe que a designação de substituto para responder interinamente pelo expediente não poderá recair sobre cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do antigo delegatário ou de magistrados do tribunal local?

(Atenção: em caso negativo a situação deverá ser regularizada pela direção do foro em observância ao Provimento nº 77/CNJ/2018)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

**23)** Os funcionários da serventia são admitidos no regime da legislação trabalhista, conforme disposto no art. 20 da Lei Federal nº 8935/94, bem como são recolhidas e lançadas no Livro Diário Auxiliar as despesas trabalhistas com prepostos, incluídos FGTS, vale alimentação, vale transporte e quaisquer outros valores que lhes integrem a remuneração, além das contribuições previdenciárias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou ao órgão previdenciário estadual, de acordo com art. 74, inciso IX do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

**24)** A Serventia de Registro Civil obedece aos requisitos do sistema de plantão aos sábados, domingos e feriados, o qual será exercido no horário de 8 (oito) às 12 (doze) horas, e o oficial de registro plantonista afixa em local visível, na parte externa da serventia, número de telefone para contato entre as 13 (treze) e as 17 (dezesete) horas, a fim de prestar atendimento imediato em situações urgentes, consoante o disposto no artigo 47 e § 2º, do Provimento nº 260/CGJ/ 2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**25)** A Serventia encaminha as informações relacionadas aos nascimentos, casamentos e óbitos ao IBGE, dentro dos primeiros 8 (oito) dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, consoante disposto no artigo 49 da Lei nº 6.015/1973 e no artigo 437, inciso II, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**26)** A serventia envia os casamentos e óbitos de estrangeiros, bem como de nascimento de filhos de estrangeiros em situação irregular, à Delegacia da Polícia Federal da circunscrição, mensalmente, por meio físico, consoante o disposto no artigo 437, inciso III, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**27)** São encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante o disposto no artigo 2º da Lei Federal nº 8.560/1992 c/c artigo 437, inciso IV, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**28)** São comunicados à Defensoria Pública os nascimentos sem identificação de paternidade, nos termos da Lei Estadual nº 18.685/2009 c/c artigo 437, inciso V, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**29)** São encaminhadas as informações relacionadas aos óbitos ao Juiz Eleitoral da zona em que oficia, conforme artigo 71, § 3º, da Lei 4737/1965 - Código Eleitoral c/c o artigo 437, inciso VI, do Provimento nº 260/CGJ/2013 e ao INSS, imediatamente após a lavratura do respectivo assento, conforme artigo 68 da Lei Federal nº 8.212/1991 c/c o artigo 437, inciso XIII, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**30)** A serventia envia os óbitos de pessoas do sexo masculino com idade entre 17 ( dezessete) e 45 (quarenta e cinco) anos, falecidos no mês anterior, ao Ministério da Defesa - Junta de Alistamento Militar, mensalmente, por meio físico, consoante o disposto no artigo 437, inciso VII, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**31)** A serventia envia os óbitos à Administração Fazendária do Estado de Minas Gerais - AF, por meio físico e eletrônico, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, consoante o disposto no artigo 437, inciso VIII, do Provimento nº 260/CGJ/2013 c/c o artigo 20 da Lei Estadual 14.941/ 2003 c/c o artigo 34, inciso II, alínea d, do Decreto Estadual nº 43.981/2005?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**32)** É enviada ao DETRAN-MG, mensalmente, a relação de registros de óbitos para fins de cancelamento da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, em cumprimento ao disposto na Lei Estadual nº 18.703/2010 c/c artigo 437, inciso IX, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**33)** A serventia envia a causa mortis dos óbitos às Secretarias Municipais de Saúde do Município onde o cartório esteja instalado, mensalmente, por meio físico, consoante o disposto no artigo 437, inciso X, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**34)** A serventia envia os dados da criança, dos pais e endereço onde ocorreu o nascimento fora de maternidade ou estabelecimento hospitalar, sem a assistência de médico ou parteira e sem apresentação da DNV, até 5 (cinco) dias contados do registro, ao Ministério Público da comarca, consoante o disposto no artigo 437, inciso XIV, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**35)** A serventia envia o assento de nascimento de indígena, em 5 (cinco) dias contados do registro, à Fundação Nacional do Índio - FUNAI, consoante o disposto no artigo 437, inciso XV, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações



**36)** São enviados à Receita Federal os registros de óbitos lavrados no mês anterior, de forma eletrônica, por meio do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC ou Central de Informações do Registro Civil no Estado de Minas Gerais - CRC-MG? Também é comunicada a inexistência de registros de óbitos, até o dia 10 (dez) de cada mês (recomendando-se, sempre que possível, o envio de dados diariamente), em cumprimento ao disposto no art. 437, XVI e parágrafo único do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**37)** São enviados os registros de óbitos lavrados no mês anterior, se houver, ou comunicação de inexistência de registros de óbitos, por meio físico ou eletrônico, à Secretaria de Segurança Pública da unidade da Federação que tenha emitido a cédula de identidade, em cumprimento ao disposto no art. 437, XVII, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**38)** São feitas as remissões recíprocas e as comunicações dos registros ou averbações levados a efeito na Serventia, no prazo de 5 (cinco) dias, consoante o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 6.015/1973 c/c artigo 589 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**39)** São relacionadas em protocolo as comunicações de casamento, óbito, dissolução e anulação de casamento, restabelecimento de sociedade conjugal, emancipação, interdição e ausência, enviadas a outras Serventias, para anotação nos registros primitivos, conforme o disposto no artigo 106, parágrafo único, da Lei Federal nº 6.015/1973 c/c artigo 600 do Provimento nº 260/CGJ/2013, bem como são arquivadas em meio físico ou eletrônico, as comunicações recebidas de outras serventias, consoante o disposto nos artigos 599, parágrafo único e 601 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**40)** Há na serventia sistema de controle, físico ou eletrônico, no qual serão lançados, pela ordem de entrada, os processos de habilitação para casamento, os requerimentos de retificação administrativa, os de registro de nascimento cujo nome tenha sido recusado pelo oficial de registro, bem como todos os pedidos relacionados a atos registrais que contiverem exigência ou não puderem ser praticados de imediato, consoante o disposto no artigo 427, § 3º, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**41)** O Oficial observa o prazo para a lavratura de assento de nascimento, que é em regra de 15 ( quinze) dias, contados da data do nascimento com vida, consoante o disposto no artigo 447 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**42)** Os registros de nascimento contêm os requisitos constantes do artigo 54 da Lei Federal nº 6.015/ 1973 c/c artigo 454 do Provimento nº 260/CGJ/2013, observadas as restrições do artigo 5º da Lei Federal nº 8.560/1992, bem como são arquivados os documentos exigidos no art. 450 do Provimento 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**43)** É afixado um selo de fiscalização no requerimento dos contraentes com o qual se inicia o processo de habilitação para casamento, consoante o disposto no artigo 15, inciso VII, alínea "a", da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 09/2012?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**44)** As certidões, que instruem os processos de habilitação de casamento, são expedidas com a devida afixação dos selos de fiscalização, segundo o disposto no artigo 15, inciso VII, alínea "f", da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 09/2012, e conseqüente recolhimento da respectiva Taxa de Fiscalização Judiciária?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**45)** Os processos de habilitação de casamento têm sido encaminhados ao representante do Ministério Público, nos termos do artigo 1.526 do Código Civil, com a redação conferida pela Lei Federal nº 12.133/2009, c/c artigo 500 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**46)** Nos processos de habilitação de casamento, o certificado de habilitação é expedido após a manifestação do Ministério Público, conforme artigo 1.531 do Código Civil c/c artigo 506 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**47)** É feita no processo de habilitação de casamento, de forma individualizada para cada espécie de ato, a cotação dos valores dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária e valor total relativos aos atos previstos nos itens 1 e 11 da Tabela 7 - Atos do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e do Juiz de Paz e no item 1 da Tabela 8 - Atos Comuns a Registradores e Notários, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**48)** Os editais de proclamas de casamento são afixados em local ostensivo da Serventia e publicados na imprensa local, caso exista, consoante o disposto no artigo 67, § 1º, da Lei nº 6.015/1973 e no artigo 500 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**49)** É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro D, de registro de proclamas, previsto no artigo 33, inciso VI, da Lei Federal nº 6.015/1973, consoante o disposto no artigo 501, parágrafo único, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**50)** Os assentos de casamento contêm todos os requisitos constantes do artigo 1.536 do Código Civil c/c artigo 513 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

## Observações

**51)** É feita na primeira certidão de casamento e às margens do assento no Livro B - Casamento, de forma individualizada para cada espécie de ato, a cotação dos valores dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária e valor total relativos aos atos praticados previstos na Tabela 7 - Atos do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e do Juiz de Paz, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004 ? Na hipótese de o casamento não ser realizado, decorrido o prazo previsto art. 506, §3º do Provimento nº 260/CGJ/2013, o Oficial de Registro expede certidão de não realização do ato?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

## Observações

**52)** Os assentos de óbitos contêm todos os requisitos constantes do artigo 80 da Lei Federal nº. 6.015/1973 c/c artigo 533 do Provimento nº 260/CGJ/2013, bem como são arquivados os documentos exigidos no art. 532 Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

## Observações

**53)** É observada a nova redação do artigo 77 da Lei Federal nº 6.015/1973, quanto à lavratura de assentos de óbito, o qual poderá ser registrado no lugar do falecimento ou no lugar de residência do de cujus, quando o falecimento ocorrer em local diverso do seu domicílio?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

## Observações

**54)** Encontram-se afixadas, nas dependências da serventia, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no artigo 30, § 3º-C, da Lei 6.015/1973?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

## Observações

**55)** É observada a isenção de pagamento de emolumentos pelas demais certidões do registro civil extraídas para os reconhecidamente pobres, nos termos do artigo 30, § 1º, da Lei 6.015/1973?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**56)** As certidões são emitidas seguindo os padrões do modelo instituídos pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio do Provimento nº 63/2017 c/c artigo 436, caput, do Provimento nº 260/CGJ/2013, inclusive com indicação do CPF, o que será incluído gratuitamente?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**57)** São observados rigorosamente os procedimentos estabelecidos na Resolução nº 155, de 16 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, que "Dispõe sobre traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior", consoante o disposto no art. 559 do Provimento 260/CGJ/2013? (Caso a serventia não seja o 1º Subdistrito da Sede da Comarca, marcar opção "Não se aplica")

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**58)** Estão sendo observados os artigos 602 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013, que disciplinam o envio à "Central de Informações do Registro Civil no Estado de Minas Gerais - CRC/MG" dos dados referentes aos nascimentos, casamentos, óbitos, natimortos e demais atos relativos ao estado civil lavrados, respectivamente, nos Livros A, B, B-Auxiliar, C, C-Auxiliar e E, bem como são arquivados na serventia os recibos de transmissão de dados da CRC/MG, consoante o disposto no artigo 604, § 2º, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**59)** O Oficial, diariamente, acessa e atende às solicitações de expedição de certidões relacionadas aos registros de nascimento, casamento e óbito, recebidas por meio do módulo da CRC-MG ('Certidão Online'), disponível no endereço eletrônico <http://webrecivil.recivil.com.br/>, consoante disposto no art. 614 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**60)** A serventia aderiu ao Sistema Interligado, se cadastrando no Sistema "Justiça Aberta", junto ao Conselho Nacional de Justiça, relativo ao Registro Civil em estabelecimentos de saúde, para realização de registros transmitidos

pelas Unidades Interligadas, nos termos da Recomendação nº 13/CGJ/ 2014 c/c art. 468 a 480 do Provimento nº 260/CGJ/2013? (Em caso negativo, reiterar a orientação, para adesão ao sistema interligado)

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**61)** Há nos livros índice alfabético dos assentos lavrados pelos nomes das pessoas a quem se referirem, o qual será organizado por sistema de fichas ou banco de dados informatizado, desde que preencham os requisitos de segurança, comodidade e pronta busca, consoante o disposto no artigo 428, caput, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**62)** É encaminhada à Receita Federal a "Declaração sobre Operações Imobiliárias - DOI", até o última dia útil subsequente ao da prática do ato, consoante o disposto no artigo 15 do Decreto-Lei nº 1.510/1976 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**63)** Mantém fichário de cartões de autógrafos para conferência no ato de reconhecimento de firmas por semelhança sendo utilizado um selo de fiscalização no documento em que certificar a prática do ato, conforme estipulado no artigo 15, inciso I, alínea "o", da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 09/2012, bem como é exigida a apresentação e o arquivamento do CPF e do original de documento de identificação oficial com foto que permita o efetivo reconhecimento do portador e dentro do prazo de validade, se houver, consoante disposto no artigo 272 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**64)** No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido indicada a sua espécie (por autenticidade ou por semelhança), conforme artigo 271 do Provimento nº 260/ CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**65)** Há na Serventia um único Livro de Notas para escrituras públicas em geral, bem como um Livro para Testamentos e outro Livro para Procuраções, conforme dispõe o artigo 283 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**66)** Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto nos artigos 160 a 163 do Provimento nº 260/CGJ/2013 (comprovante de pagamento do ITBI/ITCD, certidões fiscais, certidão de inteiro teor da matrícula, certidão de ônus reais e certidão de ações reais e pessoais reipersecutórias etc)?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**67)** São mantidas em arquivo as procuраções, documentos e certidões utilizadas na prática dos atos de seu ofício, de acordo com o artigo 162, II c/c art. 164 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**68)** No livro de folhas soltas, além de assinarem logo após o encerramento, os comparecentes assinam e rubricam as folhas ocupadas pelo ato, anteriores à última, inclusive o Oficial/Tabelião ou seu preposto, consoante o disposto nos artigos 153, IV e V e 288 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**69)** Ultrapassado o prazo de 7 (sete) dias úteis de sua data, a escritura não assinada por todos, é declarada sem efeito, consoante o disposto no artigo 154, § 1º, do Provimento nº 260/ CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**70)** É observado, quando da utilização da corrigenda "em tempo", o disposto no artigo 285, parágrafo único, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**71)** É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972, nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**72)** É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**73)** Para a lavratura das escrituras públicas de inventário e partilha, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita de acordo com o artigo 10, § 3º, inciso XIII, da Lei Estadual nº 15.424/2004 c/c a alínea "i.2", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da citada Lei, ou seja, pelo valor total dos bens móveis e semoventes e pelo valor de cada unidade imobiliária transmitidos, excluída a meação, independentemente do número de quinhões e herdeiros, sendo realizada a cobrança do excesso de meação, quando houver, conforme Nota XVI da Tabela 1 e arquivamento de todos os documentos previstos nos artigos 160 e 196 do Provimento nº 260/CGJ/2013, com a devida cobrança e utilização do selo de fiscalização?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**74)** Para a lavratura das escrituras públicas de separação e divórcio, sem bens a partilhar ou que as partes tenham bens a partilhar e for estabelecida apenas a meação, escrituras de pacto antenupcial, conversão de separação em divórcio e restabelecimento da sociedade conjugal, união estável e sua dissolução, declaratória unilateral de convivência ou de término de convivência para fins de comprovação de data, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita de acordo com o item 4, alínea "j", da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, bem como são arquivados todos os documentos previstos nos artigos 160, se for o caso, e 207 do Provimento nº 260/CGJ/2013, com a devida cobrança e utilização do selo de fiscalização?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações



**75)** Para a lavratura das escrituras públicas de separação e divórcio, em que houver bens a partilhar e ocorrer excesso de meação a favor de uma das partes, caracterizando doação ou compra e venda, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita de acordo com o item 4, alíneas "j" e "j.1", da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, bem como são arquivados todos os documentos previstos nos artigos 160, se for o caso, e 207 do Provimento nº 260/CGJ/2013 com a devida cobrança e utilização do selo de fiscalização?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**76)** Para a lavratura das escrituras envolvendo usufruto (reserva, instituição, extinção etc.) a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita com conteúdo financeiro, tendo como parâmetro a terça parte (1/3) do valor do imóvel, de acordo com a Nota X da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**77)** Para a lavratura das escrituras de aditamento, retificação e ratificação a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita segundo os valores previstos na alínea "c", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, ressalvado o disposto no art. 16, III da Lei 15.424/2004, no qual veda a cobrança de emolumentos por ato retificador ou renovador em razão de erro imputável aos respectivos serviços notariais e de registro?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**78)** Para a lavratura das escrituras declaratórias a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita sem conteúdo financeiro, segundo os valores previstos na alínea "a", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**79)** É observado o disposto no artigo 1.793, §2º, do Código Civil c/c o artigo 166 do Provimento nº 260/CGJ/2013, em relação às escrituras públicas de cessão de direitos hereditários, que não devem recair sobre qualquer bem da herança certo e determinado, considerado singularmente, salvo o disposto no art. 166, §1º, do citado Provimento?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**80)** Para a lavratura das escrituras de cessão de direitos hereditários realizadas por mais de um cedente os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados em separado, considerando-se como parâmetro o valor de cada negócio jurídico realizado por cada cedente, nos termos do artigo 10, §3º, inciso I, da Lei Estadual nº 15.424/2004 c/c Nota II, da Tabela 1, do Anexo da mesma lei?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**81)** Nos atos praticados por analfabeto, é devidamente qualificado o assinante a rogo, conforme dispõe o artigo 156, II, c/c seu § 1º do Provimento nº 260/CGJ/2013?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**82)** Para a lavratura das escrituras declaratórias de união estável são arquivados todos os documentos previstos no artigo 229 do Provimento nº 260/CGJ/2013, bem como observadas as disposições contidas nos artigos 226 e seguintes do referido Provimento?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**83)** Para a lavratura das escrituras envolvendo bens imóveis, as partes envolvidas são cientificadas da possibilidade de obtenção prévia da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas- CNDT, nos termos do art. 160, §5º, do Provimento nº 260/CGJ/2013 e da Recomendação nº 3/2012, da Corregedoria Nacional de Justiça?

( ) A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**84)** A lavratura de ata notarial para atestar o tempo de posse do requerente e de seus antecessores, conforme o caso e suas circunstâncias, para fins de reconhecimento de usucapião atende aos requisitos elencados no §3º do art. 235 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**85)** A cobrança de emolumentos e o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária pela lavratura de ata notarial é feita segundo os valores previstos no item 2, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

**86)** Para a lavratura das escrituras públicas de revogação de mandato a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita sem conteúdo financeiro, segundo os valores previstos na alínea "a", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, bem como são lavradas no Livro de Notas, conforme previsto no artigo 283, inciso I do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

**87)** O Oficial observa a "Nota III" da "Tabela 1" do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, na lavratura de escrituras públicas envolvendo mais de uma unidade imobiliária?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

**88)** O Oficial consulta a base de dados da CNIB (Central Nacional de Indisponibilidade de Bens) antes da prática de ato que tenha por objeto bens imóveis ou direitos a eles relativos, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado "hash" consoante o disposto no artigo 160, §6º do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

## Observações

**89)** Para a lavratura das procurações para fins de previdência e assistência social os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados segundo os valores previstos na alínea "f.2", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabela de Notas", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, independentemente dos poderes conferidos e do número de outorgantes e outorgados?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

## Observações

**90)** A cobrança de emolumentos e o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária pela lavratura de procuração relativa a situação jurídica com conteúdo financeiro é feita considerando o conceito de conteúdo financeiro segundo disposto no artigo 268 do Provimento nº 260/CGJ/2013 e na Nota I da "Tabela 1" - "Atos do Tabela de Notas", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

## Observações

**91)** São encaminhados, no prazo máximo de três dias contados da data da expedição do documento, à respectiva Junta Comercial, para averbação junto aos atos constitutivos da empresa, cópia do instrumento de procuração outorgando poderes de administração, de gerência dos negócios, ou de movimentação de conta corrente vinculada de empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, de sociedade simples, de empresário individual, de sociedade empresária ou cooperativa, conforme art. 148, inciso XX, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

## Observações

**92)** O Oficial encaminha as informações periódicas à Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados - CENSEC, consoante disposto no artigo 148, inciso XV do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

## Observações

**93)** Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correção ordinária geral realizada no ano anterior?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

( ) C) Não se aplica

Observações

Listar as medidas saneadoras adotadas

ESTOQUE DOS SELOS FÍSICOS NA SERVENTIA - TABELIONATO DE NOTAS				
TIPO DE SELO	ESTOQUE INICIAL (copiar Estoque Final do relatório da correção anterior)	SELOS RECEBIDOS (conferir notas fiscais e DAPs desde a correção anterior)	SELOS UTILIZADOS (= Estoque Inicial + Selos Recebidos - Estoque Final)	ESTOQUE existentes r
Padrão				
Isento				
Certidão				
Reconhecimento de Firma				
Autenticação				
Arquivamento				

**OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS:**

1) Para preenchimento, no quadro acima, da coluna 'SELOS RECEBIDOS', consulte o 'Relatório de Pedidos Entregues', disponível no menu 'Selo de Fiscalização Físico' do SISNOR.

2) Aqui devem ser mencionadas outras observações e/ou recomendações que não se encaixem nos itens específicos.

3) Caso o campo "Observações", em cada item, seja insuficiente, deverá ser utilizada outra folha.

4) Fica estabelecido o prazo de \_\_\_\_\_ dias para cumprimento das recomendações constantes deste Relatório, devendo o Auxiliar de Fiscalização adotar as providências a seu cargo e informar a respeito ao MM. Juiz de Direito, até o término do prazo determinado.

**Atenção: Em caso de dúvidas na utilização do sistema ou problemas no envio dos dados ao TJMG, ligue para a Central de Atendimento do TJMG pelo telefone: (31) 3237-7060**

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais  
Copyright © 2013

SISCOR-v2.1.1